## FÁBIO IANNI GOLDFINGER

Prefácio Pedro Henrique Demercian

> Apresentação Luiz Fux

# PROCESSO PENAL, CONSTITUIÇÃO E POLÍTICA CRIMINAL



#### ST I00118620

#### @ 2023 Editora Fórum Ltda

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer mei⊙ eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa d∈ Editor.

#### Conselhe Editerial

Adilson Abreu Dallari Alécia Paolucci Nogueira Bicalho Alexandre Coutinho Pagliarini André Ramos Tavares Carlos Avres Britto Carlos Mário da Silva Velloso Cármen Lúcia Antunes Rocha Cesar Augusto Guimarães Pereira Clovis Beznos Cristiana Fortini Dinorá Adelaide Musetti Grotti Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam) Egon Bockmann Moreira Emerson Gabardo Fabricio Motta Fernando Rossi Flávio Henrique Unes Pereira

Floriano de Azevedo Marques Neto Gustavo Justino de Oliveira Inês Virginia Prado Soares lorge Ulisses lacoby Fernandes luarez Freitas Luciano Ferraz Lúcio Delfino Marcia Carla Pereira Ribeiro Márcio Cammarosano Marcos Ehrhardt Ir Maria Sylvia Zanella Di Pietro Nev losé de Freitas Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho Paulo Modesto Romeu Felipe Bacellar Filho Sérgio Guerra

Walber de Moura Agra



#### Luís Cláudio Rodrigues Ferreira Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araúo Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131 www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-maíl editorial@editoraforum,com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1243685

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G618p Goldfinger, Fábio lanni

Processo penal, constituição e política criminal / Fábio lanni Goldfinger, Belo Horizonte: Forum, 2023.

232p.; 14.5cm x 21.5cm. ISBN: <del>9</del>78-65-5518-554-6

Processo penal. 2. Sistema processual. 3. Discricionariedade da ação penal.
Titulo.

CDD 345.05 CDU 343.1

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima - CRB/6 - 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GOLDFINGER, Fábio Ianni, Processo penal, constituição e política criminal. Belo Horizonte: Férum, 2023, 232 p. ISBN 978-65-5518-554-6.

## SUMÁRIO

PRE	FÁCIO	
Pedr	o Henrique Demercian	. 13
	ESENTAÇÃO	
Luiz	Fux	. 15
INTI	RODUÇÃO	. 17
	rítulo 1	
HIS	TÓRIA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	. 21
1.1	Modelo atual do processo penal	. 21
1.2	Bases históricas do atual Código de Processo Penal brasileiro	
1.3	Aspectos políticos e jurídicos do processo penal latino-americano	. 35
1.4	Propostas de alteração do Código de Processo Penal de 1941	. 42
1.5	A influência da ordem constitucional no modelo de processo penal	.49
CAP	ÝTULO 2	
O P	ROCESSO PENAL COMO INSTRUMENTALIDADE DE	
POL	ÍTICA CRIMINAL	. 53
2.1	O sistema de direito penal	. 53
2.2	A instrumentalidade do processo penal	. 57
2.3	O processo penal e a política criminal	. 59
2.4	A evolução criminal e o processo penal	. 63
CAP	PÍTULO 3	
SIST	FEMA PROCESSUAL PENAL E O CONTORNO	
CO?	NSTITUCIONAL	. 75
3.1	Modelos estruturais do processo penal	. 75
3.2	A distinção dos sistemas processuais e os princípios informadores	
3.3	Sistema processual penal brasileiro e o modelo constitucional	
3.4	O Ministério Público e o monopélio da ação penal pública	106

### STJ00118629

3.5	O princípio da obrigatoriedade e sua repercussão no sistema	
	processual penal constitucional	114
3.6	A magistratura espectadora e a consensualidade no processo pena	al1 <b>2</b> 8
3.7	Poderes de investigação: vedação da investigação probatória e	
	produção de prova ex officio	132
CAP	ÍTULO 4	
DISC	CRICIONARIEDADE REGRADA NA ATUAÇÃO DO	
MIN	IISTÉRIO PÚBLICO	147
4.1	A justa causa da ação penal e os "delitos de bagatela"	147
4.2	A justiça penal consensual no modelo de processo penal	
	constitucional: o acordo de não persecução penal	160
4.3	O controle dos arquivamentos das investigações penais pelo	
	Ministério Público	169
4.4	Controle de convencionalidade na persecução penal	191
4.5	Unidade institucional e segurança jurídica	200
CON	ICLUSÕES	215
REFE	ERÊNCIAS	221